

CULTURA E DESENVOLVIMENTO: O PROGRAMA BAIRRO-ESCOLA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU

Glauco da Costa Knopp – Mestre em Administração Pública pela EBAPE/FGV. Bacharel em Administração de Empresas com habilitação em marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional (www.observatorio.dca.ufpe.br). Coordenador de Monitoramento e Avaliação na Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: gcknopp@fgvmail.br; knopp.glauco@gmail.com. Endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 530, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22253-900. Tel: (21) 2559-5747.

Marcelo Milano Falcão Vieira – Ph.D. em Administração pela University of Edinburgh, Escócia. Pós-doutorado na École de Hautes Études Commerciales (HEC-Paris), França. Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Editor da revista eletrônica Cadernos EBAPE.BR (www.ebape.fgv.br/cadernosebape), Coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional (www.observatorio.dca.ufpe.br) e pesquisador nível 1 do CNPq. E-mail: marcelo.vieira@fgv.br. Endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 530, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22253-900. Tel: (21) 2559-5747.

Resumo

No Brasil alguns governos locais vêm assumindo o papel de protagonista do desenvolvimento por meio da elaboração de políticas públicas que têm como referência as especificidades socioeconômicas e culturais do território. Nesse trabalho analisamos de que maneira o programa Bairro-Escola, implementado pela prefeitura de Nova Iguaçu-RJ, contribui para o desenvolvimento dessa região. Realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo e os dados foram analisados de forma interpretativa. Os resultados apontam que o Bairro-Escola contribui para o desenvolvimento em Nova Iguaçu ao gerar emprego e renda, promover inclusão sociocultural de jovens e crianças, formação humana, criação de equipamentos culturais, entre outras ações.

Palavras-chave: Cultura, Desenvolvimento, Bairro-Escola.

Abstract

In Brazil, some local governments have been assuming an important role in promoting development, by means of elaboration of public policies which have as reference the socioeconomic and cultural specificities of the territory. In this work we analyze how the

Neighborhood-School Program, implemented by Nova Iguaçu (RJ) local government, contributed to the development of this region. A bibliographical and field research was carried out and data was analyzed interpretively. The results point out that Neighborhood-School contributes to the development of New Iguaçu since it creates jobs and improves income, promotes sociocultural inclusion of youths and children, human formation, creation of cultural equipments, among other actions.

Keywords : Culture, Development, Neighborhood-School.

Introdução

A relação entre cultura e desenvolvimento é um dos assuntos centrais dos debates contemporâneos que vão além do ambiente acadêmico e atinge a agenda política em diversos países. Compreender as relações e dinâmicas estabelecidas entre a cultura e outras dimensões sociais é hoje um dos principais desafios para as ações governamentais e não-governamentais e outros atores que objetivem ampliar o conhecimento teórico e prático sobre tal interação.

Embora muito se fale na relação entre cultura e desenvolvimento, a articulação entre eles é de extrema complexidade no campo teórico, pois estes são dois mega-conceitos, de caráter holístico e multidimensional, alvos constantes de disputas ideológicas e de interesses disciplinares e institucionais. Desenvolvimento e cultura são duas palavras longe de serem dotadas de univocidade semântica e de serem conceitos consensuais. No campo prático essa articulação tem sido feita, muitas vezes, por meio de políticas, programas e projetos pautados numa visão meramente economicista, ou seja, privilegiando o aspecto econômico-produtivo tanto da cultura quanto do desenvolvimento. A perspectiva econômica, entretanto, tanto do ponto de vista epistemológico quanto do ponto de vista praxiológico, não dá conta da complexidade, do potencial e da amplitude inerente a essa relação, que extrapola as questões econômicas.

O desenvolvimento, na corrente dominante, é um processo baseado no crescimento econômico e na modernização dos estilos de vida, que consiste na “elevação” dos padrões de consumo dos países “subdesenvolvidos” do sul, periféricos, aos níveis dos países “modernos e desenvolvidos” do norte, centrais. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é

um processo evolutivo linear, ou seja, ocorre em estágios, é a-histórico, atópico, baseado no fundamentalismo do mercado.

Visando à superação das limitações impostas pelo paradigma econômico predominante nos estudos e projetos sobre desenvolvimento e cultura, devemos estabelecer conexões mais amplas entre esses dois complexos conceitos. Não se trata de negar a dimensão econômica do desenvolvimento e da cultura, mas busca-se outra visão dessa articulação. A possibilidade real de superar tal limitação se dá a partir: da compreensão de que desenvolvimento não é o mesmo que crescimento econômico (e que o crescimento econômico não garante o desenvolvimento), mas consiste na melhoria das condições de vida de uma dada sociedade, na ampliação do horizonte de possibilidades para uma sociedade e no seu enriquecimento cultural; de que projetos de desenvolvimento devem estar assentados nas especificidades socioculturais das localidades; de que cultura é tanto o universo das artes e das letras (artefatos e “mentefatos” produzidos pelos homens), quanto as manifestações que exprimem a identidade de um povo, podendo servir também como um meio para a promoção do desenvolvimento humano e social. Assim, a relação entre desenvolvimento e cultura ganha um novo olhar, pois o desenvolvimento deixa de ser um processo descontextualizado do lugar onde ele se desenrola e a cultura passa a ser concebida como sendo tanto o contexto sob o qual os projetos de desenvolvimento devem ter como referência e fim, quanto um produto social, que se expressa por meio das atividades e dos bens oriundos da criação, da sensibilidade e inteligência humana no campo das artes e das letras (artefatos e “mentefatos” produzidos pelos homens), podendo servir também como um meio para a promoção do desenvolvimento humano e social. Assume-se, nessa perspectiva, que a cultura, quando na condição de meio para o desenvolvimento, exerce um papel importante que não se restringe à dimensão econômica, pois seu principal fim é construir ou reconstruir identidades, elevar a auto-estima individual e coletiva, adicionar valor ao patrimônio existencial humano, enriquecendo substantivamente o homem e a sociedade.

Faz-se necessário, portanto, outro conceito de desenvolvimento, calcado em outras lógicas, expressando a necessidade de esse processo se realizar de forma mais “amigável”,

sendo geográfica, social e culturalmente referenciado e promovendo uma transformação social profunda, considerando como aspectos fundamentais a inclusão social, a cidadania e a realização das potencialidades humanas. Para tanto, reconhece-se que é essencial que sejam desenvolvidos projetos e políticas públicas interdependentes, multirrelacionais, integradas, que englobem todos os aspectos da vida de uma coletividade, ou seja, articulando e promovendo educação, cultura, saúde, esporte, qualificação urbana entre outros, para que se alcance o desenvolvimento almejado. Outras questões a serem consideradas nessa proposta de desenvolvimento são: a importância do papel do Estado – representado pelos governos locais – na condução desse processo; e a necessidade de este articular-se com a sociedade civil organizada e com atores de naturezas diversas, em escala local, nacional e internacional para a sua execução. Dadas a complexidade da sociedade atual e as necessidades e demandas sociais crescentes que emergem em função do processo de globalização, torna-se cada vez mais difícil o Estado, sozinho, conduzir e promover o desenvolvimento socioterritorial, embora seja reconhecidamente ator-chave nesse projeto-processo.

No Brasil, alguns governos locais vêm assumindo o seu papel de protagonista do desenvolvimento, por meio da elaboração de políticas públicas que tomam como referência as especificidades histórico-culturais, econômicas, geográficas e sociais do lugar, visando à solução dos problemas localmente identificados, à ampliação dos horizontes de possibilidades e à melhoria das condições de vida da população daquele território. Sob esta perspectiva, em Nova Iguaçu – cidade localizada na Baixada fluminense – vem sendo desenvolvida uma política pública cujo protagonista e indutor é a Prefeitura dessa cidade. Trata-se do Programa Bairro-Escola que, embora tenha como centralidade a educação, articula todas as secretarias da prefeitura e promove benefícios e oportunidades sociais às crianças, adolescentes e aos demais moradores da cidade que extrapolam o aspecto educacional. Para a sua operacionalização, a Prefeitura desenvolve parcerias com atores de diversas naturezas. Trata-se de uma política integrada, intersecretarial e multisetorial, tendo como foco as potencialidades e demandas do território. Uma das vertentes do Bairro-Escola é a cultura, que nessa proposta, se torna um vetor de qualificação da educação e se articula com os demais projetos e atividades

do Programa, na tentativa de promover transformações socioculturais na cidade de Nova Iguaçu.

No presente trabalho teórico-empírico temos como objetivo analisar de que maneira o programa Bairro-Escola, especialmente seus programas, ações e atividades culturais, contribui para a promoção do desenvolvimento em Nova Iguaçu.

Quadro Teórico-Referencial

Por uma definição de Cultura

Nos últimos anos, estudos sobre cultura nos âmbitos das ciências humanas, políticas e sociais têm sido realizados em número cada vez maior. Entretanto, parece que quanto mais avançam e se proliferam os estudos sobre cultura, mais discussão, dúvidas e incertezas surgem quanto ao seu conceito. No Dicionário de Ciências Sociais, Silva (1987, p. 384) apresenta tal idéia, ao afirmar que “É difícil estabelecer uma única definição deste termo complexo e extremamente importante”. Segundo Migueles (2003, p. 2), “o termo cultura é apresentado como um imenso ‘guarda-chuva’ sob o qual são abrigados os mais variados fenômenos”, sendo que “há tantos conceitos quanto usos necessários para eles, e nenhum deles jamais será o conceito ‘certo’ em termos absolutos”. Cultura é um conceito polissêmico (SACHS, 2005).

Na visão de Botelho (2001), para que se defina uma política pública de cultura é necessário fazer uma distinção entre a dimensão antropológica e a sociológica sobre o assunto, pois cada uma das abordagens implica estratégias e investimentos governamentais diferentes. Para a autora citada, do ponto de vista antropológico, a cultura se insere no plano do cotidiano, aquilo que o ser humano elabora e produz simbólica e materialmente por meio de suas interações sociais, constituindo seus modos de pensar e sentir, seus valores, suas rotinas, as instituições. Assim, para a autora, do ponto de vista antropológico, “cultura é tudo”, diz respeito a um conceito holístico. No plano sociológico, para Botelho (2001), a cultura deve ser tratada como aquilo que ocorre no circuito organizado e especializado das artes (expressão artística de um modo geral, seja profissional, seja amadoristicamente). Para a autora, do ponto de vista das políticas

públicas, tratar a cultura sob o ponto de vista antropológico é problemático, uma vez que devido à amplitude do conceito, as políticas culturais, sozinhas, jamais conseguirão atender à totalidade social. Para Botelho, portanto, é necessário que o conceito de cultura seja estreitado para viabilizar as políticas no setor.

Embora reconheçamos a relevância do conceito amplo de cultura, para fins desse artigo, adotaremos um conceito um pouco mais restrito, que envolve o trabalho e o resultado da criação, da inteligência, da sensibilidade, da imaginação e da reflexão humana que se exprimem na arte em suas múltiplas linguagens e manifestações e do pensamento (letras em geral), seja profissionalmente, seja amadoristicamente, bem como as instituições e organizações públicas ou privadas que os suportam – cujo fim seja o estímulo e o suporte à formação artística, à produção ou à difusão desse trabalho e seus resultados. Envolve, ainda, os bens e as manifestações culturais de uma sociedade que a caracteriza, ou seja, conferindo-lhe ou expressando sua identidade, bem como as instituições e organizações destinadas à sua difusão e/ou sua preservação – neste último caso, quando certas manifestações e obras (artefatos e “mentefatos”) são chanceladas como patrimônios histórico-culturais, materiais ou imateriais (com base em CHAUI, 2006).

Políticas Públicas e Políticas Culturais

Política pública “é um sistema de decisões públicas que visa ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, através da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos” (SARAVIA e FERRAREZI, 2006, p. 7). É um processo composto de objetivos interrelacionados, estratégias e meios para alcançá-los e que não se limita à ação do Estado, envolvendo, portanto, outros atores sociais (empresas, organizações do terceiro setor, sociedade civil) na sua execução.

Atualmente, entende-se que para a resolução dos complexos problemas sociais do país, as políticas públicas devem ser cada vez mais integradas, a partir de uma visão

holística e multifacetada desses problemas, em prol da melhoria das condições de vida da população (JUNQUEIRA, 2004). Essa integração pode se dar a partir da articulação intersecretarial ou interministerial de governo para o planejamento, coordenação, execução e controle de uma política pública de qualidade para provocar transformações na sociedade.

A política cultural é entendida como o “programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas” (COELHO, 2004, p. 293). Assim sendo, a política cultural apresenta-se como um conjunto de iniciativas visando promover “a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsáveis” (COELHO, 2004, p. 293).

As políticas culturais devem estar comprometidas com o objetivo de fomentar, apoiar e desenvolver ações para o desenvolvimento cultural e social de um povo (VECHIATTI, 2004). Para Chauí (1995, p. 82-3), as políticas culturais, para serem plenas devem promover a cidadania cultural, sendo a cultura compreendida, portanto, como um direito do cidadão. O direito cultural, para autora, envolve um conjunto de direitos que devem estar concatenados e garantidos pela política de cultura promovida pelo poder público. O que se está discutindo, nesse caso, é a condição de acesso e à fruição de bens e serviços artísticos e culturais e à criação cultural, já que, atualmente, a discussão do direito à cultura (no sentido amplo do termo) está superada, pois este, numa sociedade minimamente civilizada, nasce com o indivíduo e deve, portanto, ser atributo natural (SIMÕES e DARBILLY, 2007).

As políticas culturais são de suma importância, porque suas formas de intervenção geralmente se aproximam da subjetividade humana (VECHIATTI, 2004). Existem diversas frentes nas quais as políticas públicas culturais podem atuar sendo a arte uma delas. Incentivar a arte como promotora do desenvolvimento humano e social no Brasil ainda é visto como futilidade, um elemento supérfluo, desnecessário ou “perfumaria”. Ainda pouco explorado na promoção do desenvolvimento no Brasil, a arte toca o

imaginário e a subjetividade humana, confere um novo tipo de signo à existência, envolve mudanças na nossa visão de mundo, provoca um rico imaginário social.

Atualmente, entende-se que para a resolução dos complexos problemas sociais do país, as políticas públicas devem ser cada vez mais integradas, a partir de uma visão holística e multifacetada desses problemas, em prol da melhoria das condições de vida da população. “A qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais” e de suas soluções, “pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social” (JUNQUEIRA, 2004, p. 130). A integração se dá a partir da articulação intersecretarial ou interministerial de governo para o planejamento, coordenação, execução e controle de uma política pública de qualidade para provocar transformações na sociedade.

No Brasil, as políticas de cultura também costumam trabalhar em conjunto com outras políticas governamentais, ou seja, possuindo um caráter transversal em suas ações. Uma dessas articulações se dá com a área de educação, contribuindo de diversas formas para o desenvolvimento humano e social, além de contribuir para a qualificação do sistema de ensino do país. É dessa transversalidade, do trabalho conjunto entre cultura e educação que trataremos a seguir.

A Transversalidade das Políticas Culturais: cultura e educação para a transformação humana e social

Para Gil (2003, p. 9), as políticas públicas de cultura voltadas para o desenvolvimento não devem ser isoladas nem fechadas em si mesmas. Assim, estas devem ser “cada vez mais transversais, sintonizadas e sincronizadas com o conjunto das outras políticas sociais”. Para o Ministro Gil, a política cultural deve funcionar como “um vetor de qualificação e integração das políticas públicas setoriais dos entes da federação. Integração dos equipamentos públicos da área social” (GIL, 2007). As políticas culturais devem estar comprometidas com o objetivo de fomentar, apoiar e desenvolver ações para o desenvolvimento cultural e social de um povo. Tal visão tem por base uma das idéias centrais da *Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales para el*

Desarrollo organizada pela UNESCO em 1998, na cidade de Estocolmo, Suécia, que diz que “la política cultural, siendo uno de los principales componentes de una política de desarrollo endógena y duradera, debe ser implementada en coordinación con otras áreas de la sociedad en un enfoque integrado” (UNESCO, 1998).

Normalmente, as políticas culturais no Brasil abarcam uma variedade de programas que visam: à formação (escolas e oficinas, seminários, cursos); à informação (bibliotecas, arquivos históricos, videotecas, acesso a museus, teatros e cinemas); à reflexão crítica (memória oral, social e política), ao lazer e à solidariedade social (eventos musicais, de dança e teatro); à garantia ao acesso aos bens culturais e à criação cultural (ampliação e extensão para a periferia da cidade dos bens e serviços culturais e artísticos) (CHAUÍ, 1995).

Para Cunha (2007), um dos principais parâmetros norteadores para a construção de políticas públicas de cultura é o desenvolvimento de um trabalho conjunto com a área da educação, considerado como peça fundamental para a formação de novos públicos para o consumo e valorização de bens e serviços culturais e para a valorização do saber e do ser humano. O alinhamento entre políticas culturais e educacionais é a chave para a transformação sociocultural de um povo e seu desenvolvimento (CUNHA, 2007).

A Unesco, em 1998, estabeleceu como um dos objetivos dos governos nacionais a promoção dos laços entre a cultura e o sistema educativo, desenvolver a educação artística e estimular a criatividade nos programas de educação em todos os níveis, entendendo a arte e a cultura como elementos fundamentais para a educação e a formação humana. “[...] a convergência do trinômio arte, educação e sociedade pode sustentar a formação individual e social, norteadora da consciência e propulsora da inclusão social” (PINHEIRO, 2005, p. 54).

Herbert Read (2001), com base em Platão, defende a utilização da arte como forma de educação. O que se propõe com a realização de atividades artísticas é muito mais que formar artistas profissionais, mas construir seres humanos melhores, desenvolver suas potencialidades, a criatividade e a sensibilidade humana. Não se trata, necessariamente, de transformar o desenvolvimento do indivíduo em competência econômica – embora reconheçamos que em um mundo dominado pela lógica de mercado, se faz necessário

que as pessoas aprendam e desenvolvam técnicas que lhes possibilitem a inserção no mercado de trabalho. As atividades artísticas devem ser entendidas como meios para “agregar valor e vida, agregar conhecimentos, conduzir à formação de um novo cidadão, mais apto e disposto a enfrentar os desafios” (FERRON, 2000, p. 26).

Muitos autores defendem a adoção de atividades artísticas e culturais na escola e fora dela, pois estas têm um importante papel na formação humana, contribuindo significativamente para a potenciação da criatividade, da capacidade crítica e para o desenvolvimento da inteligência, reforçando significativamente o capital educativo dos indivíduos (BASTIDE, 1971; KLIKSBURG, 1999). Para Noletto, Castro e Abramovay (2004) articular atividades artístico-culturais à educação é de extrema relevância, já que o Brasil apresenta um quadro bastante grave no que diz respeito ao acesso de crianças e adolescentes do sistema público de ensino a bens, serviços, equipamentos e atividades de cultura – menos de 10% fazem ou fizeram cursos de teatro, pintura, artesanato ou de música.

O desenvolvimento deve se dar pela interação entre diferentes centros de influência culturais como as artes, as escolas, as instituições públicas e privadas, por exemplo, “e pelas políticas públicas, como balizadoras e direcionadoras das ações governamentais, certamente capazes de impulsionar o aperfeiçoamento e a interação desses centros” (VECHIATTI, 2004, p. 94). Não há desenvolvimento social e cultural pleno se não houver investimento no ser humano.

Cultura e Desenvolvimento

Nas últimas décadas, em função do predomínio epistemológico e praxiológico da economia, do neoliberalismo e do capitalismo, desenvolvimento se confunde com a idéia de crescimento econômico. Dessa forma, o significado mais corrente desse conceito é o de ampliação das capacidades de produção e acumulação de riquezas. Todavia, esta definição é incompleta e enviesada ideologicamente. O crescimento econômico, como a história já revelou, não é condição suficiente para promover a melhoria das condições de vida de toda a população.

Entendemos que a noção de desenvolvimento deve sofrer uma reformulação epistemológica. Isso implica dizer que o desenvolvimento deve ser tanto um conceito quanto uma prática que tem como fundamentos a inclusão social, a redução das desigualdades sociais, a democratização do governo, a ampliação das liberdades humanas e a melhoria das condições de vida de um povo. Desenvolver “é ascender na escala de realização das potencialidades dos homens como indivíduo e como coletividade” (FURTADO, 1984, p. 63). Desenvolvimento é a ampliação dos tempos/espços/oportunidades para que as pessoas desenvolvam suas capacidades e vocações, as possibilidades de realização pessoal e coletiva e a redução das desigualdades sociais – algo que não se traduz apenas no crescimento da oferta de bens materiais.

Uma política pública que objetive o desenvolvimento de uma sociedade e seus indivíduos requer ações que ampliem o acesso da população à atividade criadora, a bens, serviços, instituições e equipamentos sociais e culturais. Esse acesso deve ser amplo para toda a sociedade, para todos os indivíduos e grupos sociais, distribuído de forma menos desigual possível. Entendemos que a ampliação das oportunidades de acesso à atividade criadora, bens, serviços, instituições e equipamentos sociais e culturais não devem ser de responsabilidade exclusiva do mercado, que por si só – seja por incapacidade, seja por seus interesses e lógica de atuação –, não distribui de forma equânime esses recursos na sociedade, nem consegue atender a todas as necessidades sociais, de todos os grupos (LECHNER, 1997). “Ao contrário, ele [o mercado] generaliza tendências desintegradoras, pois acentua as iniquidades e promove a exclusão, sendo incapaz de gerar a integração social” (FLEURY & OUVRENEY, 2007, p. 11). O Estado, juntamente com as organizações da sociedade civil tem um papel fundamental na inclusão social e no desenvolvimento.

Para nós, ao desenvolvimento está atrelada a inclusão social, que significa a ampliação do presente dos indivíduos e grupos sociais numa sociedade; significa ampliar as oportunidades para que o ser humano possa desenvolver-se em sua plenitude, enriquecer a sua existência e ampliar as possibilidades de experimentação social no futuro (SANTOS, 2004), sendo reconhecido como um ser, ao mesmo tempo, psicofísico, social, cultural, histórico e político, participando ativa e conscientemente das diversas

instâncias da sociedade e da comunidade política. Implica, ainda, o resgate da cidadania, ou seja, a participação efetiva do sujeito nas diversas instâncias sociais – culturais, econômicas, políticas. Na perspectiva aqui adotada, portanto, desenvolvimento e inclusão são processos inter-relacionados. Não se pode pensar um sem o outro, já que ambos devem ser pautados no alargamento dos horizontes de possibilidades de uma pessoa, grupo ou sociedade e no seu empoderamento. “

Para Faria (2000) uma das formas de promover desenvolvimento humano e social e promover inclusão social é por meio de atividades artísticas e culturais. Para o autor, uma política que se destina à redução da exclusão sociocultural e ao desenvolvimento deve procurar “expandir os lugares públicos”, objetivando “ocupar culturalmente a cidade” (p. 18), ampliando o acesso da população mais carente aos bens e serviços artísticos e culturais, estimulando a fruição cultural, a criação e a expressão artística. “Trata-se de ampliar a demanda e a oferta cultural, a cultura como um serviço público e social, mas, também, como uma experiência de vida” (UNESCO, 2003, p.168).

O mapa cultural da metrópole, e mais especificamente o de suas periferias, revela a precariedade dos espaços da cultura. Nos bairros predominam a aridez dos espaços de intimidade e a carência total de lugares públicos em condições de propiciar uma troca cultural significativa e sem medo. A revalorização, e muitas vezes a refuncionalização dos lugares públicos, transformando a igreja, a biblioteca ou a escola em centros culturais, podem ser alternativas para a sociabilidade dos bairros (FARIA, 2000, p. 18).

É necessário pensar na expansão do acesso a bens e serviços artísticos e culturais como estratégia fundamental de inclusão e de desenvolvimento humano e social, que funciona como meio de ampliação do tempo e/ou do espaço dos indivíduos em uma sociedade.

Nessa mesma direção aponta Machado (2000), que defende a generalização da educação artística e científica e a garantia do direito à participação de todos os indivíduos e grupos na vida cultural para reduzir as desigualdades e a exclusão social. Para o autor:

O efetivo exercício do direito à participação na vida cultural pressupõe a eliminação das desigualdades existentes entre os indivíduos, que

decorram de posição social, nível educacional, nacionalidade, idade, língua, sexo, convicções religiosas, grupos étnicos, minoritários ou marginalizados. Exige a generalização da educação artística e científica, e o apoio aos indivíduos, grupos e instituições dedicados ao fazer artístico e intelectual (MACHADO, 2000, p. 48).

Soares (2000, p. 66), ressalta a importância de serem criadas oficinas culturais para a inclusão social e o desenvolvimento humano, para mudar e transformar o indivíduo em cidadão. Para ele, as oficinas culturais “permitem a sociabilidade e oferecem aos seus participantes a perspectiva de inclusão na vida social, priorizando sua identidade”.

Dessa forma, entendemos que o desenvolvimento deve ser pensado como um processo que possibilita o alargamento dos horizontes de possibilidades para os membros de uma sociedade, promovendo bem-estar individual e coletivo. Portanto, o desenvolvimento deve ser compreendido como o trinômio inclusão, cidadania e transformação humana e social e, para tal, requer a articulação das políticas públicas e atores de naturezas diversas para sua concretização. Essa articulação pode se dar, por exemplo, entre cultura e educação, elementos fundamentais para o desenvolvimento do homem e da sociedade em que ele vive.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa e de caráter descritivo (VERGARA, 2006; VIEIRA, 2006). No que diz respeito à estratégia de pesquisa adotada, optou-se pelo estudo de caso (TRIVINÕS, 1987; YIN, 1994). Para a coleta dos dados primários e secundários foram adotadas duas técnicas, a saber: bibliográfica-documental; e entrevista. Os dados coletados por meio da técnica bibliográfica-documental foram obtidos por meio: i) dos materiais informativos sobre o Bairro-Escola elaborados pela Prefeitura de Nova Iguaçu; ii) do sítio eletrônico do Programa Bairro-Escola e do sítio eletrônico da Prefeitura de Nova Iguaçu.

Os materiais informativos sobre o Bairro-Escola coletados constituem aquilo que foi codificado com o termo “Kit Bairro-Escola” quando as informações nele contidas foram transcritas na íntegra pelo pesquisador em forma de citação textual. As

informações obtidas em documentos disponibilizados no sítio eletrônico do Bairro-Escola e no sítio eletrônico da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, quando transcritas na íntegra pelo pesquisador em forma de citação, foram codificadas com os termos “Sítio eletrônico do Bairro-Escola” e “Site Prefeitura de Nova Iguaçu”, respectivamente, seguidas de seu ano de publicação/divulgação.

A coleta de dados primários pautou-se por entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas foram gravadas em áudio, com consentimento prévio dos entrevistados. Os sujeitos das entrevistas foram os representantes do governo local responsáveis pelo Bairro-Escola de Nova Iguaçu, especialmente aqueles responsáveis pelos programas e atividades culturais articulados nessa política pública.

Os representantes do governo local responsáveis pelo Bairro-Escola entrevistados foram: um representante da Coordenação do Programa Bairro-Escola (Entrevistado 1); o Secretário de Cultura de Nova Iguaçu (Entrevistado 2); e o Subsecretário de Cultura da cidade (Entrevistado 3). A escolha desses atores foi embasada em dois critérios: (i) os atores entrevistados deveriam possuir amplo conhecimento acerca do Bairro-Escola, de tal forma que pudesse fornecer informações úteis, relevantes e confiáveis para esse estudo; (ii) os atores deveriam ocupar cargo de considerável importância na Prefeitura de Nova Iguaçu, especificamente no Bairro-Escola e na Secretaria de Cultura daquela cidade.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, tendo como base o referencial teórico utilizado nesta pesquisa. Após a coleta do material bibliográfico e documental, os pesquisadores procederam da seguinte maneira: foi realizada uma leitura individual e exaustiva do conteúdo de cada texto coletado; posteriormente, foram destacados os pontos mais relevantes de cada texto; em seguida, procedeu-se à transcrição do conteúdo selecionado pelos pesquisadores, bem como foi feita uma interpretação inicial sobre o objeto de análise, com base nas etapas realizadas anteriormente. No caso das entrevistas, após a coleta dos dados, procedeu-se da seguinte forma: foi feita a transcrição do conteúdo de cada entrevista, no qual os depoimentos dos informantes foram apresentados da maneira mais fiel possível (YIN, 1994; VERGARA, 2006); em seguida, teve início a fase de análise dos dados, na qual os depoimentos trazidos pelas entrevistas foram submetidos à leitura crítica, individualmente; com os

dados empíricos a seu dispor, os pesquisadores passaram à fase de interpretação das entrevistas para chegar a uma descrição do fenômeno estudado com base na teoria levantada na fase inicial do estudo (GOMES, 2007). Para a discussão dos dados e apresentação dos resultados, foram destacadas as transcrições das partes consideradas pelos pesquisadores como sendo as mais relevantes das entrevistas para o alcance do objetivo de pesquisa proposto (YIN, 1994).

Apresentação do Caso e dos Resultados

O Bairro-Escola

O Bairro-Escola é uma política pública iniciada nos meados do ano de 2006, desenvolvida e articulada junto à Prefeitura de Nova Iguaçu, suas secretarias de governo, além da comunidade escolar, organizações sociais, institutos e população de Nova Iguaçu. Trata-se de uma política pública integrada, intersecretarial e multisetorial, envolvendo uma pluralidade de atores (estatais e não-estatais) e ações no território de Nova Iguaçu, contribuindo “para uma mudança de paradigma, de visão da população local na forma de se relacionar entre si e com o governo local” (ENTREVISTADO 3). Isso é destacado nos depoimentos, a seguir:

O Bairro-Escola ele é um conceito, não é? Ele foi desenvolvido, um conceito que é operacionalizado por todas essas Secretarias, por um *pool* de projetos tanto federais, quanto municipais. [...] uma das linhas do Bairro-Escola é a questão da política intersecretarial. Então todas as Secretarias, ou quase todas as Secretarias do município desenvolvem ações integradas ao Bairro-Escola. A Secretaria de Cultura, Secretaria de Esportes, de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria das Cidades, enfim, todas as Secretarias fazem os seus planejamentos em cima deste conceito Bairro-Escola e de aproximação da comunidade. (ENTREVISTADO 3).

Procurou-se criar uma rede de ações onde você detecta e convida instituições que desejam participar, associações de moradores, clubes etc., pra que eles se integrem nesse projeto que evidentemente tem que ter uma participação social, uma participação comunitária considerável para que ele funcione. Então tinha que ter uma rede de solidariedade muito boa. Então as pessoas, e em especial as igrejas, participaram logo no início, aderiram à idéia do projeto. Nós não pagamos nada a esses parceiros. (ENTREVISTADO 2).

O Bairro-Escola está alinhado com programas estaduais e federais de diversas áreas (cultura, saúde, assistência social, trabalho e renda, juventude, educação, esporte). O Programa se estrutura em três eixos principais: Educação integral; Requalificação Urbana; Defesa dos Direitos Humanos e Redução da Mortalidade Infanto-Juvenil. Para sustentar esses eixos e atingir seus objetivos, o Bairro-Escola se desenvolve por meio de seis programas intersecretariais de governo: 1) Programa Educação Integral, que envolve a oferta de oficinas de aprendizagem, oficinas culturais, oficinas esportivas e oficinas de território-mobilidade, visando à formação humana das crianças e adolescentes da rede municipal de ensino atendidos pelo Bairro-Escola. São atividades extra-escolares realizadas em espaços oferecidos por instituições parceiras do Bairro-Escola; 2) Programa de Requalificação Urbana, que envolve a execução de projetos de arquitetura, manutenção de vias e logradouros, manutenção e expansão da rede de iluminação pública, planejamento e fiscalização da limpeza urbana, sinalização e controle de tráfego entre outros; 3) Programa de Proteção à Vida, que visa à redução dos índices de violência em suas diversas formas, em especial a que atinge crianças, adolescentes e jovens. Envolve a implantação de um Observatório da Violência, promoção de ações de educação em saúde para crianças, entre outros; 4) Programa Juventude, que visa à ampliação da oferta da educação profissional, com melhoria da qualidade, incorporando contingentes sociais juvenis vulneráveis ao processo de formação tecnológica, visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo sua inclusão social e comunitária e a inserção no mercado de trabalho. Envolve ações comunitárias dos jovens no Bairro-Escola, acompanhamento do desenvolvimento dos jovens, encaminhamento dos jovens a partir de 14 anos para oportunidades de qualificação profissional e inclusão produtiva, ações de inclusão digital, entre outras; 5) Programa Democratização da Cultura, que objetiva democratizar o acesso da população à cultura, formação em artes e valorização da produção artístico-cultural local. Envolve a articulação das ações de audiovisual na cidade, o desenvolvimento de programa educativo para o Espaço Cultural Sylvio Monteiro, atividades artístico-culturais nos bairros, entre outras, vinculadas ao Bairro-Escola; 6) Programa Participação e Redes de Sustentabilidade Social, cujo objetivo é promover e fortalecer a gestão democrática e a

participação popular na cidade e nos bairros. Para tal, foram criados os Conselhos do Bairro-Escola em cada bairro.

O Bairro-Escola, atualmente, envolve 38 escolas municipais e 22 bairros da cidade de Nova Iguaçu. Isso se operacionaliza por meio da mobilização de cerca de 800 voluntários (moradores de Nova Iguaçu), 420 estagiários, 75 instituições locais parceiras e 3.000 bolsistas de programas de juventude do governo federal que atuam como agentes educadores nas diversas oficinas oferecidas pelo Programa. Trata-se de um programa destinado ao desenvolvimento de Nova Iguaçu, cujos objetivos são:

Promover melhores condições de vida para a população de Nova Iguaçu, por meio da ampliação da oferta quantitativa e qualitativa de ensino e de infra-estrutura, com aumento da mobilidade urbana e criação de centralidades disseminadoras da educação social e organizadoras do espaço urbano, além de geração de emprego e renda; Desenvolver metodologias que façam da cidadania um fim e um meio de aprendizado, que permitam aos cidadãos serem agentes e destinatários de transformações urbanas, educativas, sociais, econômicas e culturais (SÍTIO ELETRÔNICO DO BAIRRO-ESCOLA, 2007).

Embora o Bairro-Escola atue em diferentes eixos e se estruture por meio de diversos programas, foram privilegiados na análise os programas, ações e atividades culturais e sua contribuição para o desenvolvimento em Nova Iguaçu, apresentados a seguir.

A Cultura em Ação: os programas, ações e atividades artísticas e culturais do Bairro-Escola

No âmbito cultural, o Bairro-Escola é sustentado por diversas ações e atividades voltadas para as oportunidades de crianças e jovens à experimentação artística, bem como ao acesso aos equipamentos e serviços culturais da cidade, sempre numa perspectiva educativa. Oferecer atividades culturais para as crianças e jovens da rede pública de ensino de Nova Iguaçu é de extrema importância, uma vez que, segundo a Prefeitura de Nova Iguaçu, das 86% das crianças na faixa dos 7 a 14 anos que freqüentavam a escola no ano de 2005 (portanto, antes da implantação do Bairro-Escola), apenas 3% faziam

atividades culturais e esportivas fora dela (SITE PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU, 2005).

Uma das ações principais do Bairro-Escola no âmbito da cultura são as oficinas culturais. As oficinas culturais, atualmente, atendem a quase sete mil jovens da rede pública municipal de ensino e estão divididas por segmentos educativos. Para os estudantes do 1º segmento (1ª a 4ª série do ensino fundamental) são desenvolvidas oficinas voltadas para a experimentação artística. As atividades artísticas e culturais para os estudantes do 2º segmento (5ª a 8ª série do ensino fundamental) incluem teatro, dança, artes plásticas, cinema e música em diversos espaços de instituições parceiras do Programa. As oficinas culturais do Bairro-Escola apontam “para a possibilidade real de superação do abismo que existe entre a cultura e a educação, entre a arte e o cotidiano” (KIT BAIRRO-ESCOLA, 2007).

As oficinas culturais do Bairro-Escola, para o Secretário de Cultura de Nova Iguaçu (Entrevistado 2), exercem importante papel no processo de desenvolvimento humano, pois potencializa as vocações intrínsecas do homem, amplia a percepção do indivíduo sobre o mundo, geram senso de pertencimento ao lugar em que vive e estimula-o a participar desse mundo como sujeito ativo, exercendo sua condição de agente, interferindo nele para a sua melhoria.

[...] a arte é uma experimentação de mundo. É a atividade artística que nos dá a nossa especificidade como espécie, que potencializa as vocações intrínsecas do ser humano. É a capacidade que você tem de articular o mundo. [...] A gente quer criar essa possibilidade de articulação, de ocupação, de pertencimento com a sua realidade. Então o projeto Bairro-Escola com as crianças tem esse objetivo: basicamente criar condições para uma espécie de teatralização, para que elas possam ter consciência de que este mundo é delas, que você pode interferir na sua vida... (ENTREVISTADO 2).

Outra questão levantada pelo Entrevistado 2 sobre a importância das oficinas culturais do Bairro-Escola diz respeito à integração entre a cidade e a escola, o bairro e a escola, à ampliação do espaço de experimentação e aprendizagem cultural das crianças e adolescentes, por meio da interação entre os diversos centros de influência culturais da cidade (artes, escola, organizações e instituições culturais públicas e privadas, patrimônio

histórico-cultural), conforme defendido por Vechiatti (2004). Ao interagir com a cidade e aprender com ela, as crianças e jovens aprendem a observá-la e a se posicionarem diante dela como cidadãos.

Para dar início às oficinas culturais do Bairro-Escola destinadas ao segundo segmento da educação fundamental (5ª a 8ª série), a Prefeitura de Nova Iguaçu estabeleceu no ano de 2005 uma parceria com o Grupo Nós do Morro. Por meio dessa parceria foram selecionados profissionais nos diversos bairros da cidade e capacitados pelo grupo com aulas de teatro, cinema, dança e expressão corporal. Foram instaladas dez lonas em escolas da rede municipal, nas quais foram oferecidas oficinas de iniciação às artes cênicas, atendendo, em 2006, a 1440 crianças e jovens. Além da formação artística e técnica, também foi priorizada a formação humana e cidadã, por meio da pesquisa da memória histórico-cultural dos bairros onde as lonas estavam instaladas. Uma equipe de 52 artistas de Nova Iguaçu, capacitados pela equipe do Nós do Morro, atuaram como multiplicadores nas oficinas.

A parceria do Bairro-Escola com o grupo Nós do Morro está gerando benefícios para a cidade de Nova Iguaçu no campo artístico-cultural. Esses benefícios estão explicitados a seguir, nos depoimentos do Entrevistado 1:

[...] Do ponto de vista do Bairro-Escola a gente já tem algumas parcerias estabelecidas funcionando, que é a Escola Livre do Cinema, que já trabalha com áudio-visual com os alunos da rede; o Nós da Baixada, que é uma parceria com o grupo Nós do Morro, também já criando os núcleos de teatro, descentralizados na cidade, não é? E aí, é com o Nós do Morro? Ah, Nós do Morro é um grupo do Rio de Janeiro, mas na verdade Nós do Morro ele trás no *know-how* dele, ele trás a *expertise* dele e a idéia é que ele forme núcleos locais pra multiplicação destas metodologias relacionadas às artes cênicas. Então assim, a gente já tem um núcleo estabelecido na [no bairro da] Cerâmica. Agora a gente está começando a construir um núcleo pra se estabelecer no Jardim Tropical e a proposta aí é que a gente tenha dez núcleos de teatro locais, com atores e artistas locais trabalhando pra multiplicação da temática do teatro. (ENTREVISTADO 1).

E eu acho que assim, por exemplo, ter hoje, o núcleo da Cerâmica, que foi o grupo que começou com a ação do Nós do Morro, que é patrocinado pela Petrobrás, não é patrocinado pelo Município, e que hoje já está deixando lá na Cerâmica um nucleozinho que está se formando, que está se institucionalizando, já é um avanço. Não é o Nós

do Morro, é o Núcleo de Teatro da Cerâmica que está virando uma cooperativa, uma associação cultural ali naquele bairro, não é? (ENTREVISTADO 1).

Figura 1 - alunos do Bairro-Escola/Grupo Cultural Nós da Baixada de Nova Iguaçu



Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu.

Um dos programas culturais do Bairro-Escola é o Programa de Democratização da Cultura, cujos objetivos são: democratizar o acesso da população à cultura; a formação em artes; e a valorização da produção artístico-cultural local. Nesse programa estão sendo desenvolvidas ações voltadas para o audiovisual, educativas, de arte pública, de desenvolvimento artístico e institucional de instituições culturais, a implantação da rede municipal de bibliotecas e de valorização do patrimônio histórico.

No campo do audiovisual, as ações dessa área estão sendo articuladas na cidade, envolvendo as oficinas, os cine-teatros, as iniciativas de cineclubes e ações articuladas com as videolocadoras junto ao Bairro-Escola. No âmbito da ação educativa, estão sendo desenvolvidos programas educativos para o Espaço Cultural Sylvio Monteiro considerando os públicos de 1º e 2º segmentos do Ensino Fundamental. Nele, são desenvolvidas atividades que têm como objetivo principal fazer com que as crianças reflitam sobre a história da rua, do bairro e da cidade. O conceito por trás dessa ação é conhecer e pertencer. Acredita-se que, ao conhecer a história da cidade onde vivem, as crianças e adolescentes desenvolvem senso de pertencimento ao lugar. Isso é importante para que o indivíduo se perceba como um agente que pode transformar a si e ao seu entorno, e, a partir disso, novas histórias são construídas.

No que diz respeito à arte pública, vem sendo realizadas intervenções artísticas nos espaços públicos da cidade. Como exemplo, temos a “Arte pública no muro das casas”, que consiste em uma das intervenções urbano-artísticas do Bairro-Escola. O responsável pela ação é a Secretaria de Cultura em parceria com a Secretaria das Cidades de Nova Iguaçu. Toda a arte é feita por um grupo de grafiteiros da região. Ruas inteiras sofrem intervenções estéticas e se transformam em galerias a céu aberto, possibilitando, assim, a experimentação artística de forma gratuita aos moradores daqueles bairros – faz-se, dessa forma, uma intervenção estética e social na cidade.

No que diz respeito ao desenvolvimento artístico e institucional de instituições culturais, vem sendo desenvolvido um programa estruturado de capacitação e acompanhamento de projetos de grupos artístico-culturais da cidade, por meio da Secretaria de Cultura em parceria com o Bairro-Escola. Nesse sentido, o depoimento do Entrevistado 1 é esclarecedor:

Quando você incorpora os atores sociais nesse processo, você os responsabiliza, muita gente também começa a ter uma parcela de responsabilidade no desenvolvimento institucional destes recursos, então, por exemplo, neste convênio com o Governo Federal [Ministério da Cultura, por meio dos Pontos de Cultura] em que a gente vai incorporar os grupos culturais, a gente não vai só incorporar o cara, passar o dinheiro e OK, resolve aí, não é isso! A gente entende que esses grupos também precisam se desenvolver institucionalmente para

que eles possam continuar fazendo esse atendimento sem necessariamente ter financiamento do poder público, para que eles possam desenvolver, sustentavelmente e começar a procurar seus financiamentos na iniciativa privada, pra que eles possam gerar produtos que revertam em geração de renda para eles próprios, entendeu? Porque a idéia assim, não dá pra gente pensar em uma ação como a do Bairro Escola em que da seja responsabilidade única de financiamento, principalmente, do Governo Municipal, ele não banca. Então a gente realmente sabe que a gente precisa investir no desenvolvimento institucional de cada um destes atores que são incorporados ao programa para que eles garantam a continuidade do programa, uma vez o governo não dando, uma vez o governo não dando recursos e tal. Então assim, a gente trabalha muito nessa coisa da autonomia de cada ator incorporado à rede para que ele assuma e aí a gente também dando condições para que ele assuma as suas responsabilidades não só no ponto de vista institucional e tal, mas também do ponto de vista sustentável e financeiro do processo. Então assim, a gente vem pensando em algumas ferramentas nesse sentido, a gente agora está pensando num projeto de um espaço referencial do programa em que a gente pretende centralizar todas as ações de informação e de desenvolvimento, para todos esses atores que a gente incorpora, para os jovens que estão sendo incorporados, para que eles já se desenvolvam numa perspectiva de geração de renda, para os atores sociais que estão sendo incorporados, que a gente sabe que tem que trabalhar com alguns a qualificação de suas ações e o desenvolvimento institucional dos seus grupos. Muitos grupos ainda não são institucionalizados, são grupos informais, então como é que eles se institucionalizam para que eles possam contar com o financiamento direto de outras instâncias governamentais, para que eles possam contar com o patrocínio das instâncias privadas? Então a gente sabe que ao redor que a gente tem essa responsabilidade também. (ENTREVISTADO 1).

Nesse discurso, percebe-se a preocupação do governo local com o empoderamento dos agentes culturais da cidade, para que estes possam se estruturar como cooperativas culturais e se auto-sustentar, sem depender das verbas do poder público para sua sobrevivência. O discurso do Secretário de Cultura de Nova Iguaçu acrescenta:

A nossa idéia é criar, inclusive, uma assessoria para essas pessoas de característica jurídica e administrativa para que eles criem e se habilitem, para que eles aprendam a entrar com um processo, um projeto de atividades, sabe como é, até com recursos na área pública e na área privada para que eles se articulem, para que com isso possam crescer e possam se desenvolver sem a gerência do poder público. [...]

A gente está incentivando para que eles atuem como empresas de produção cultural. (ENTREVISTADO 2).

No âmbito das ações para a formação da Rede Municipal de Biblioteca, vem sendo realizada a implantação do sistema descentralizado de bibliotecas públicas na cidade, oferecendo atividades de extensão articuladas com cada Bairro-Escola e com o calendário de eventos literários de Nova Iguaçu. Nesse projeto, busca-se fazer de Nova Iguaçu uma cidade leitora, garantindo o acesso aos livros e à leitura a crianças, jovens e adultos. Para atender a esses objetivos, hoje, em cinco escolas atendidas pelo Bairro-Escola foi implantada uma biblioteca ramal¹, que é aberta não só ao acesso das crianças e jovens, mas a toda comunidade. Também foram reequipadas, pelo Bairro-Escola, duas bibliotecas comunitárias da cidade. Todas essas bibliotecas foram integradas, via sistema, à biblioteca municipal central.

Em relação ao patrimônio histórico, são realizadas ações de planejamento de projetos educativos de valorização do patrimônio histórico e cultural da cidade, articulando-as com a programação de cada Bairro-Escola. Como parte das atividades das oficinas culturais do horário integral, uma vez por semana, os alunos das escolas municipais fazem uma visita a diversos patrimônios históricos e culturais da cidade. Atividades como essas contribuem para a valorização e o resgate da memória de Nova Iguaçu, além de contribuir para o enriquecimento da formação educativa das crianças e adolescentes e para a identificação destes com o território, gerando senso de pertencimento. As aulas de memória do bairro do Bairro-Escola são extremamente importantes, pois, segundo o Entrevistado 2, a história local é pouco conhecida ou desconhecida pela população mais pobre da cidade – população que acreditamos constituir a maioria dos usuários da rede pública de ensino, não só em Nova Iguaçu, mas em todo o Brasil. Para ele, “os ricos de Nova Iguaçu sabem da história de Nova Iguaçu, os pobres não sabem” e por não conhecerem a história do bairro ou da cidade em que residem, essas pessoas não reconhecem o local como seu, não havendo senso de pertencimento e identificação destes com o território: “(...) ele olha pra cá, como esse lugar não é meu, isso não me pertence, isso pertence aos ricos de Nova Iguaçu” (ENTREVISTADO 2). A capacidade cultural de uma sociedade pensar os seus próprios

fins e assumir a condição de agente nos projetos-processos de desenvolvimento está ligada à consciência que essa sociedade tem de sua história, da situação de seu presente e de seu rumo futuro (VECCHIATTI, 2004).

Figura 2- Aula de memória do bairro do Bairro-Escola



Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu.

Um ator cultural importante em Nova Iguaçu, cujas atividades estão articuladas com as ações do Bairro-Escola é a Escola Livre de Cinema. A Escola Livre de Cinema é a primeira escola de audiovisual da Baixada Fluminense e funciona desde julho de 2006 no Bairro de Miguel Couto. Em março de 2007 foram inaugurados núcleos avançados da escola nos bairros da Cerâmica, Austin e Jardim Tropical. A Escola é fruto da parceria entre o projeto Reperiferia e o programa Bairro-Escola da Prefeitura de Nova Iguaçu. A presença de uma instituição como essa produz um significado importante na construção simbólica territorial e no direito ao acesso às práticas tecnológicas contemporâneas. A Escola Livre de Cinema tem participação na integralidade dos alunos do município de Nova Iguaçu, por meio do Bairro-Escola. Ela participa deste processo oferecendo aos alunos de 5ª à 8ª série da rede pública de ensino aulas de realização fílmica e animação.

Na Escola Livre de Cinema, as crianças e jovens saem às ruas do bairro e produzem filmes que têm como fundamento o território e seu cotidiano. Por meio da democratização dos conceitos do audiovisual, os alunos passam a pensar em cinema

como uma realização possível do seu cotidiano, dentro da sua própria comunidade, utilizando a rua, a praça, os vizinhos como dispositivos. Na Escola, os alunos têm a oportunidade de entrar em contato com as mais modernas tecnologias globais de produção cinematográfica. Por meio do audiovisual, a Escola Livre de Cinema realiza uma intervenção social e estética em Nova Iguaçu. Assim, as práticas de audiovisual da Escola Livre de Cinema/Bairro-Escola contribuem para o alargamento das possibilidades de as crianças e jovens se perceberem como pessoas integradas na dinâmica da sociedade em que vivem, gerando senso de pertencimento. Por meio da Escola Livre de Cinema o Bairro-Escola executa políticas de inclusão audiovisual e cidadania; democratiza o acesso de jovens das escolas públicas aos meios audiovisuais; proporciona formação e qualificação profissional na área. A Escola de Cinema já formou mais de dois mil jovens em técnicas cinematográficas para trabalharem na produção de filmes. Um grupo de alunos desenvolveu duas vinhetas de animação fílmica para a Rede Globo de televisão, que foram veiculadas nos intervalos da emissora e apresentados aos moradores de Nova Iguaçu, em praça pública.

Figura 3 – Escola Livre de Cinema/Bairro-Escola



Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu.

Figura 4 - Apresentação pública dos trabalhos dos alunos da Escola Livre de Cinema/Bairro-Escola



Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu.

Como mais uma realização do Bairro-Escola em parceria com o projeto Reperiferia, no final de abril de 2008, em Nova Iguaçu, foi inaugurada a Escola Livre de Música Eletrônica, no bairro da Cerâmica. O núcleo será o responsável pela parte musical das produções da Escola Livre de Cinema e os alunos terão aulas de percussão, edição e oficina da palavra. Inicialmente, 400 crianças do programa Bairro-Escola serão beneficiadas pela iniciativa, que será ampliada para a comunidade posteriormente.

Outra iniciativa de formação de jovens é a Escola Agência de Comunicação, onde os jovens atuam como repórteres, fotógrafos e *webdesigners*, registrando o cotidiano dos bairros onde moram.

Outra ação do Bairro-Escola no âmbito da cultura, iniciada nos meados do ano de 2007, é o Projeto Caravana Bairro-Escola. O projeto consiste na apresentação artística de instituições, profissionais, artesãos e artistas de cada localidade da cidade e de crianças e jovens que participavam das oficinas culturais e que hoje compõem o Grupo Nós da Baixada – núcleo artístico e cultural local formado a partir da parceria estabelecida com o Nós do Morro – nos bairros da cidade de Nova Iguaçu. A cada duas semanas os carros que compõem a caravana levam oficinas de teatro, contação de histórias, grafite, artes

plásticas e cinema para os bairros atendidos pelo Bairro-Escola, dando visibilidade e valorizando o trabalho que as crianças realizam nas oficinas de cultura do horário integral.

Segundo o Coordenador do Bairro-Escola, “a caravana é uma forma de envolver a comunidade com as discussões do Bairro-Escola [...] e também de potencializar novas parcerias e mostrar o trabalho que as crianças realizam nas oficinas.” O Coordenador afirmou, ainda, que “a expectativa é levar a caravana a todos os bairros onde tem escolas inseridas no programa, dando visibilidade, para a comunidade, ao trabalho das oficinas” (SITE PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU, 2008), apontando, assim, para o beneficiamento não só das crianças e jovens, mas também dos moradores dos bairros onde ocorre o programa no que diz respeito ao acesso à arte e à cultura.

Figura 5 - Caravana Bairro-Escola



Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu.

Outro importante papel desempenhado pelas políticas culturais do Bairro-Escola é a geração de emprego e renda para os atores locais. Isso é explicitado no discurso do Entrevistado 3, a seguir:

[...] A gente tem as oficinas culturais que trabalham com uma geração de emprego e renda para jovens da cidade de Nova Iguaçu. Então, são noventa jovens nas oficinas culturais, mais uns duzentos da Secretaria de Educação, e mais uns cem da Secretaria de Esportes,

não é? **Então todos estes jovens recebem uma bolsa de estágio da Prefeitura e tal.** Então assim, se a gente parar para pensar que a gente tem, mais ou menos, trezentos a quatrocentos ou mais jovens da cidade que estão sendo remunerados por atividades que estão sendo desenvolvidas dentro do Programa. Claro que não é um impacto muito grande, mas a gente já tem uma vertente aí sendo atendida. (ENTREVISTADO 3 – grifo nosso).

No trecho anterior, o Entrevistado 3 destaca que, atualmente, o Bairro-Escola conta com noventa jovens estagiários nas oficinas culturais, remunerados pelo governo local, ministrando as oficinas culturais do Bairro-Escola. Embora ainda incipiente essa ação deve ser considerada como um processo de inserção dos jovens em oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal. O depoimento do Entrevistado 1, a seguir, aponta para novos projetos previstos que gerarão emprego e renda para os grupos artísticos e culturais locais:

A gente está construindo com a Secretaria de Cultura, nas suas políticas públicas de ação, algumas ferramentas neste sentido. Por quê? Como é o atendimento hoje do ponto de vista cultural pra rede municipal de educação? Ele é feito nos primeiros segmentos, de seis a doze anos, ele é feito por uma Coordenação Executiva direta da Secretaria de Cultura. Ela contrata os recursos humanos que são utilizados, ela cria a sua metodologia de desenvolvimento com essa faixa etária e ela executa diretamente. Para os meninos do segundo segmento, que são os jovens e adolescentes, a gente está buscando, está construindo as ferramentas de trabalho em parceria com as redes culturais da cidade, não é? Então a gente está viabilizando agora um convênio com o Ministério da Cultura onde a gente vai criar uma rede de Pontinhos de cultura em Nova Iguaçu que vai, na verdade, a gente vai fazer um edital público de seleção. Vai selecionar de sessenta a noventa e seis ONGs que trabalhem com cultura na cidade e essas ONGs vão receber um financiamento, metade ministerial, metade municipal, pro atendimento dos alunos de quinta a oitava série da rede municipal de ensino, então, essa já é uma parceria, já é uma linha de financiamento de geração de renda para os núcleos culturais da cidade. Então, no segmento da cultura, por exemplo, a gente vai agregar no Bairro-Escola de sessenta a noventa e seis grupos culturais. (ENTREVISTADO 1).

Embora o depoimento do Entrevistado 1 aponte para ações futuras de geração de emprego e renda, podemos perceber que há dependência do governo local em relação ao governo federal para assegurar recursos para a contratação de grupos culturais e artísticos

locais para participar do Bairro-Escola. Metade dos recursos a serem destinados é proveniente de transferências do Ministério da Cultura à Prefeitura de Nova Iguaçu, que entrará com a outra metade dos recursos. Na ocasião da realização do Fórum Mundial de Educação, no final de março de 2008, na Cidade de Nova Iguaçu, foi lançado o Edital Escola-Viva/Bairro-Escola mencionado nas entrevistas supracitadas, apontando para a utilização de 96 agentes culturais exclusivamente locais para a realização do programa, “proporcionando a construção de uma rede cultural local, organizada e auto-suficiente, garantindo continuidade e sobrevivência à prática cultural nesta cidade” (SITE PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU, 2008).

Os Programas e ações empreendidos na área da Cultura no Bairro-Escola estão de acordo com uma das dez frentes de atuação do Estado no campo cultural, definida pelo Ministério da Cultura, que é “promover a integração da cultura com a educação com vistas ao aperfeiçoamento qualitativo do sistema de educação do país” (BRASIL, 2008). Por meio das atividades artístico-culturais, as crianças, os jovens e a população atendida pelo Bairro-Escola obtêm um ganho cultural, ou seja, adquirem novos conhecimentos teóricos e práticos (saber-fazer) e acessam novos códigos (COELHO, 2006).

As atividades artísticas e culturais, por trabalharem o lado lúdico do indivíduo e ao estimular a sua expressão criativa, contribuem para a inclusão subjetiva, o auto-reconhecimento como sujeito, o desenvolvimento intelectual e da sensibilidade, ou seja, aprimoram o capital humano e cultural do indivíduo, tornando-o mais apto para enfrentar os novos desafios da vida. Com as atividades artísticas e culturais, o Bairro-Escola enriquece o campo das experiências das crianças e jovens de Nova Iguaçu, oferecendo-lhes possibilidades plurais e concretas de construção de futuro. “É necessário se pensar a expansão do acesso a bens [e serviços] culturais como estratégia fundamental de inclusão social, que funciona como meio de ampliação do tempo e do espaço dos jovens” (SOUSA SILVA, 2006, p. 25). Com os programas e as atividades artístico-culturais do Programa Bairro-Escola, constrói-se desenvolvimento em Nova Iguaçu. A arte e a cultura tornam-se a essência do trabalho educacional. A relação entre cultura e educação é o alicerce da construção social e cultural.

Conclusões

No Bairro-Escola a cultura é um dos elementos centrais da política de desenvolvimento ao promover a criatividade e ampliar a participação da população na vida sociocultural. A arte e a cultura podem ser importantes elementos promotores do desenvolvimento, uma vez que por meio delas são estimuladas práticas de desenvolvimento da consciência e da auto-estima dos indivíduos, que passam a se reconhecerem como cidadãos e sujeitos ético-políticos, capazes e responsáveis por promover a transformação de sua própria realidade e de seu entorno

O Bairro-Escola aponta para um esforço de inclusão e desenvolvimento social por meio de ações integradas das políticas voltadas para a formação de capital humano e social e, além disso, possibilita o estímulo à arte e à criação. As atividades artísticas e culturais intensificam a criatividade humana e esta pode convergir para a realização de um projeto de transformação social.

Em termos de realizações no campo da cultura, o Bairro-Escola aponta para: a integração de escolas, grupos de crianças e jovens e comunidades com as instituições culturais, criando e desenvolvendo serviços educativos; integra ações de várias secretarias e mobiliza instituições locais para o desenvolvimento de atividades culturais; a qualificação de agentes culturais e professores para desenvolver projetos que integram várias áreas do conhecimento; a integração da escola à comunidade para atividades culturais e lazer criativo; o estabelecimento de diálogos e parcerias com instituições e projetos para jovens. Com o Bairro-Escola, procura-se expandir os lugares públicos e ocupar culturalmente a cidade, ampliando o acesso da população mais carente aos bens e serviços artísticos e culturais, estimulando a fruição cultural, a criação e a expressão artística, fazendo da cultura um serviço público e social e uma experiência de vida.

Em síntese, as contribuições ao desenvolvimento proporcionadas pelo Bairro-Escola e seus programas, ações e atividades culturais em Nova Iguaçu são: ampliação do acesso da população à leitura – criação de cinco bibliotecas ramais nas Escolas da Rede Pública Municipal e reequipamento de duas bibliotecas comunitárias; criação de uma Escola de ensino e formação em audiovisual (Escola Livre de Cinema), com núcleos em quatro bairros da cidade que já formaram mais de 2.000 jovens em animação e realização

fílmica; criação de uma Escola Livre de Música Eletrônica, atendendo, inicialmente, a 400 crianças beneficiárias do Bairro-Escola; formação de jovens na Escola Agência de Comunicação, onde aprendem técnicas de reportagem, fotografia e *webdesign*; oportunidade de experimentação artística para quase 7.000 crianças e jovens - mais de 10% dos alunos da rede pública municipal de ensino (em 2005, antes do Bairro-Escola, esse percentual era de 3%); capacitação de 52 artistas locais em artes cênicas; criação de um grupo cultural formado por artistas locais (Grupo Nós da Baixada) – grupo de artes cênicas no bairro Cerâmica; oportunidade de estágio (e, portanto, oportunidade de renda e aperfeiçoamento profissional) para cerca de 90 jovens nas oficinas culturais; perspectiva de trabalho para 96 grupos artístico-culturais locais, por meio do convênio com o Ministério da Cultura; fortalecimento de grupos artístico-culturais locais, por meio de assessoramento para a profissionalização e desenvolvimento desses grupos.

Oferecer atividades culturais para as crianças e jovens da rede pública de ensino de Nova Iguaçu é de extrema importância, uma vez que, segundo a Prefeitura de Nova Iguaçu, das 86% das crianças na faixa dos 7 a 14 anos que freqüentavam a escola no ano de 2005 (portanto, antes da implantação do Bairro-Escola), apenas 3% faziam atividades culturais e esportivas fora dela e hoje, esse número já é da ordem de 10%. Assim, o Bairro-Escola está proporcionando a esses segmentos menos favorecidos da sociedade a ampliação de oportunidades socioculturais por meio da experimentação artística e cultural. Além disso, proporciona emprego e renda para jovens e grupos artístico-culturais locais, promovendo ainda, a participação e a integração da sociedade civil e organizações locais em torno de um projeto próprio de desenvolvimento.

O Bairro-Escola, apesar dos resultados até agora apresentados, tem oportunidades de avançar em seus programas e ações, especialmente em sua vertente cultural. Não podemos esquecer, contudo, que se trata de uma política pública em vigor há pouco mais de um ano e que, por isso mesmo, está em fase de adaptação, testes e melhorias. Muito ainda há que ser feito, embora, algumas ações relevantes já estejam sendo realizadas. Contudo, ainda sim, entendemos que o Bairro-Escola, por meio de suas atividades culturais contribui para o desenvolvimento em Nova Iguaçu, ao ampliar os tempos/espacos/oportunidades para que as pessoas desenvolvam suas capacidades e

vocações, as possibilidades de realização pessoal e coletiva e a redução das desigualdades sociais – algo que não se traduz apenas no crescimento da oferta de bens materiais, mas na ampliação e melhor distribuição do acesso aos equipamentos sociais e culturais. Não há desenvolvimento social e cultural pleno se não houver investimento no ser humano.

Referências

BASTIDE, Roger. *Arte e Sociedade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional e EDUSP, 1971.

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo em Perspectiva, vol.15, n.2, pp. 73-83, Abr./Jun. 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em 08 de junho de 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Políticas*. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/politicas/index.html>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

_____. Ministério da Cultura. *Programas e Ações*. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/index.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura política e política cultural*. Estudos Avançados, 9 (23), 1995. pp. 71-84. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2007.

_____. *Cidadania Cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural: cultura e imaginário*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

_____. *O que é Ação Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CUNHA, Maria Helena. Gestão Cultural: desafios de um novo campo profissional. *Revista Observatório Itaú Cultural*, n. 2, mai/ago 2007. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007. pp. 72-9.

FARIA, Hamilton. O Desenvolvimento Cultural como desafio. In: FARIA, Hamilton; NASCIMENTO, Maria Ercília do (orgs.). *Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo*. São Paulo: Polis, 2000. pp. 11-20.

FERRON, Francisco. Cultura, Produção e Consumo: meandros e perspectivas. In: FARIA, Hamilton; NASCIMENTO, Maria Ercília do. (orgs.). *Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo*. São Paulo: Polis, 2000. pp. 21-6.

FLEURY, Sonia; OUVENERY, Assis M. *Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

FURTADO, Celso. *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GIL, Gilberto. Apresentação. In: UNESCO BRASIL. *Políticas culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. pp. 9-10. Disponível em

http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/politicasculturais/mostra_documento.

Acesso em: 07 de outubro de 2007.

_____. *Pronunciamento do ministro Gilberto Gil na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados*. Brasília, 12 de setembro de 2007. Disponível em <http://www.cultura.gov.br>. Acesso em 20 de dezembro de 2007.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. pp. 79-108.

JUNQUEIRA, Luciano Prates. Descentralização, intersetorialidade e rede na gestão da cidade. *Organizações & Sociedade*. v. 11, edição especial, pp. 129-139, 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. *Revista de la CEPAL*, nº 69, Dezembro de 1999. p.85-102. Disponível em <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/revista/noticias/articuloCEPAL/4/19254/P19254.xml&xsl=/revista/tpl/p39f.xsl&base=/revista/tpl/top-bottom.xslt>. Acesso em: 14 de setembro de 2006.

LECHNER, Norbert. Three forms of social coordination. *CEPAL Review*, United Nations, v. 61, abr. 1997.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. Diretrizes para o planejamento de uma Política Pública de Cultura. In: FARIA, Hamilton; NASCIMENTO, Maria Ercília do. (orgs.). *Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo*. São Paulo: Polis, 2000. pp. 41-54.

MIGUELES, Carmen Pires. O estudo da cultura organizacional: as dificuldades estão no objeto ou nas formas de defini-lo? *Cadernos EBAPÉ.BR*, Volume I, n. 2, Dezembro de 2003. pp. 1-16. Disponível em

http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape/asp/dsp_texto_completo.asp?cd_pi=231960.

Acesso em: 19 de julho de 2006.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch; CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz*. 3.ed. Brasília: UNESCO, 2004.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. “Educação da sensibilidade”, informação em arte e tecnologias para inclusão social. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 51-55, out./mar., 2005. Disponível em: <http://www.ibict.br/revistainclusaosocial>. Acesso em: 10 de dezembro de 2006.

READ, Herbert. *A Educação pela Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. *Organizações & Sociedade*, v. 12, n. 33, p. 151-162, abr./jun. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma Sociologia das Ausências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: ‘um discurso sobre as Ciências’ revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. pp. 777-821.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006.

SILVA, Benedicto (coord). *Dicionário de ciências sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

SIMÕES, Janaína Machado; DARBILLY, Leonardo Vasconcelos C. Administração, Cultura e Desenvolvimento. *Cadernos EBAPE.BR*, Vol. V, n. 2, jun./2007, pp. 1-8. Disponível em www.ebape.fgv.br/cadernosebape. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

SOUSA SILVA, Elionalva. *Ampliando Futuros: o curso pré-vestibular comunitário da Maré*. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e de Documentação de História Contemporânea (CPDOC). Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro. 2006.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. *Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. Disponível em http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/politicasculturais/mostra_documento. Acesso em: 07 de outubro de 2007.

VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. *São Paulo em Perspectiva*, 18(3): 90-95, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 de julho de 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (orgs.). *Pesquisa Qualitativa em Administração*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp. 13-28.

YIN, Robert K. *Case Study Research: design and method*. 2 ed. London: Sage Publications, 1994.

ⁱ São bibliotecas de caráter público, abertas às comunidades, implantadas nas Escolas Municipais e interligadas à Biblioteca Central pelo Sistema Municipal de Bibliotecas.

